

A Violência Bioétnica e os Pescadores Artesanais da Baía de Guanabara e a Marinha do Brasil

Cesar Bernardo Ferreira¹

Cleonice Puggian²

Resumo: O artigo retrata questões relacionadas à violência envolvendo pescadores artesanais e a Marinha do Brasil na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O manuscrito examina como essa violência altera o cotidiano desses trabalhadores, pois o cenário em que acontecem as violências é caracterizado pela ocupação do espaço marinho pelo poder federal. Quanto ao enfoque metodológico da pesquisa decidiu-se pela metodologia etnográfica de cunho qualitativo com a participação de 20 pescadores. As ferramentas de coleta de dados foram a observação participante e a entrevista etnográfica. Os resultados da presente pesquisa apontam para diversos casos de pescadores artesanais vitimados por armas de fogo pelos militares da Marinha, por conta da invasão do espaço marinho delimitado pelas normas de segurança dos aquartelamentos militares.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais; Marinha do Brasil; Violência Bioétnica; Vulnerabilidade Socioambiental.

Bioethnic Violence and Artisanal Fishermen from Guanabara Bay and the Brazilian Navy

Abstract: The article portrays issues related to violence involving artisanal fishermen and the Brazilian Navy in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The manuscript examines how this violence changes the daily lives of these workers, since the scenario in which the violence occurs is characterized by the occupation of the marine space by the federal power. As for the methodological approach of the research, it was decided by the ethnographic methodology of qualitative nature with the participation of 20 fishermen. Data collection tools were participant observation and ethnographic interview. The results of this research point to several cases of artisanal fishermen victimized by firearms by the navy military, due to the invasion of the marine space delimited by the military barracks safety standards.

Keywords: Artisanal Fishermen; Brazilian Navy; Bioethnic Violence; Social and Environmental Vulnerability.

Introdução

Neste trabalho apresento o resultado de uma pesquisa sobre casos de violência envolvendo os pescadores artesanais da baía de Guanabara e militares da Marinha do Brasil, por conta das disputas territoriais. Os pescadores artesanais são pertencentes a comunidades tradicionais que possuem intrínseca relação de sustentabilidade com o meio ambiente, além de serem possuidores de fortes características identitárias. A questão direcionadora foi: como os pescadores artesanais da baía de Guanabara percebem a violência advinda da Marinha do Brasil, por conta da disputa territorial na baía de Guanabara?

1 Doutor em Humanidades, Culturas e Artes, Mestre em Ensino das Ciências (Química) pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO-RJ).

2 Doutora em Educação (Universidade de Cambridge, Inglaterra), Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Para dar conta de responder a essa indagação, utilizei a metodologia qualitativa, de inspiração etnográfica, pois o estudo etnográfico é uma abordagem de investigação científica permitindo ao pesquisador revelar importantes detalhes na pesquisa qualitativa, principalmente nos estudos das desigualdades sociais (MATOS, 2011) e por se tratar de uma pesquisa envolvendo povos tradicionais, a abordagem escolhida foi uma aproximação do método etnográfico, pois os aspectos investigados referem-se ao cotidiano dos pescadores artesanais em seu local de trabalho, a baía de Guanabara. Destaco ainda, que o termo “inspiração etnográfica” também é utilizada por autores como Corso, Cavedon e Freitas (2015), sob a perspectiva de a metodologia etnográfica nos permitir aprofundar a pesquisa dentro dos limites de uma realidade peculiar, buscando premissas e maior compreensão acerca da temática.

Uma vez definida a metodologia da pesquisa, um dos principais desafios foi estabelecer o local e participantes do estudo. Devido à precariedade da estatística sobre a pesca artesanal, não só no Brasil, como em todo o mundo, há uma carência de informações sobre o número de pescadores artesanais que de alguma forma ainda continuam na ativa. Há também falta de informações sobre as colônias de pescadores que existem legalmente e estão em funcionamento.

Os instrumentos para coleta de dados foram a observação participante e a entrevista semiestruturada e foi conduzida em quatro das cinco colônias de pescadores existentes na baía de Guanabara. A pesquisa foi conduzida em quatro das cinco colônias de pescadores existentes na baía de Guanabara, que são: Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e a Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro), sendo que, esta última, por se localizar dentro de um território dominado pelo tráfico de drogas e, devido a problemas como desterritorialização e abandono e/ou migração dos pescadores para outras colônias, não visitei e nem entrevistei pescador dessa colônia de pescadores.

As entrevistas, foram conduzidas nas próprias colônias ou em locais considerados seguros para os pescadores. Foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise de conteúdo. Foi utilizado um roteiro para os líderes das colônias e outro para os pescadores artesanais colaboradores. As análises das entrevistas foram carreadas por meio da tematização dos registros de campo e da narrativa dos participantes.

Os pescadores artesanais da baía de Guanabara

Os pescadores artesanais da baía de Guanabara utilizam pequenas embarcações movidas a motor ou mesmo pequenas canoas para trabalhar, eles não possuem capacidade de percorrer grandes distâncias náuticas para executar satisfatoriamente o seu trabalho, ficando limitados a curtas distâncias, devido a vulnerabilidade de seus meios de transporte. Muitas vezes são obrigados a pescar peixes de menor valor de mercado, como a tainha (*Mugil brasiliensis*), ou mesmo, dedicar-se a coleta de siris (*Callinectes sapidus*), que são animais que apresentam maior abundância populacional nas águas da baía de Guanabara.

Esses povos possuem uma relação visceral com a natureza, além de uma estruturação social guiada pelas suas tradições estabelecidas ao longo de séculos. Seu modo de vida é pautado na extração e coleta do seu alimento do ambiente natural, podendo ser classificado, tal ação, como uma “simbiose” entre o gênero *Homo* e o mar. Os pescadores Artesanais são possuidores do saber e do saber fazer para remanescer na natureza, pois suas tradições, cultura, estilo de vida e economia, decorrem diretamente da sensível estabilidade do ambiente marinho para viverem (FERREIRA, 2018).

As colônias de pescadores artesanais do entorno da baía de Guanabara, são organizadas em seus respectivos espaços comunitários e executam todas as tarefas cotidianas sociais. Essas comunidades estão

situadas em uma grande metrópole, expondo os pescadores aos problemas urbanos, como o crescimento desordenado da cidade, falta de saneamento básico e violência. Além dos riscos inerentes à profissão de pescador, como acidentes, sejam eles biológicos ou físicos. Os pescadores também têm que se preocupar com as adversidades, características da região metropolitana, que incluem a violência no mar, seja ela oriunda dos conflitos da pesca, de território, ou em relação ao tráfico de drogas na região, pois muitas colônias de pescadores, ficam situadas dentro de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas (FERREIRA, 2018).

O dia a dia do pescador é cheio de situações que podem levá-lo a deparar-se com alguma mazela, devido a sua exposição aos agentes do intemperismo, como sol, chuva, vento, frio, além do excesso de umidade. Para Rosa e Mattos (2010), os maiores problemas de saúde dos pescadores artesanais são os problemas de pele, devido à exposição por longos períodos à radiação solar, lesões musculares e nos ossos, por consequência do esforço exercido na prática pesqueira e da manutenção da sua embarcação, e, por último, as alergias causadas pela falta de higiene, ou ainda, pela exposição aos gases oriundos da queima do combustível que impulsiona suas embarcações.

O processo de metropolização do entorno da baía de Guanabara, acarreta na perda do território sob a égide do progresso, porém, em detrimento dos pescadores artesanais que habitam a região “o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades” (ACSELRAD 2004, p. 11). Essa tomada de espaço, se perfaz não só pela ocupação do local de moradia, mas sim, pela formação de bolsões de exclusão laboral no espelho d’água da baía, que é a região donde os pescadores retiram seu sustento.

Segundo as considerações apontadas por Valencio (2011), há a dissolução da tradição da pesca artesanal na baía de Guanabara e ela se dá por vários processos, dentre os quais, o de disputa do território das águas e dos peixes com outros usuários. Fato que a disputa ocorre de maneira extremamente desigual e violenta com a expulsão gradativa dos pescadores das praias e do espelho d’água “não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização” (Santos et al 1996, p. 58). A degradação dos territórios de pesca e coleta artesanal, em decorrência do inúmero uso do território, acarreta a diminuição do pescado, que necessita de um ambiente equilibrado para se reproduzir e crescer, impactando diretamente no estilo de vida dessas populações de pescadores artesanais, gerando as chamadas “zonas de sacrifício”.

A Marinha do Brasil e sua influência na baía de Guanabara

A Marinha do Brasil tem a função institucional de salvaguardar a soberania nacional por intermédio de patrulhamento e guarda do território marinho brasileiro. Para dar conta de proteger toda a costa brasileira, a Marinha subdivide-se em 9 Distritos Navais, que são estrategicamente distribuídos no decorrer da costa margeante do país com o oceano Atlântico, além dos rios que serpenteiam e cortam os estados e territórios até o seu desagüe final, no mar (FERREIRA, 2018).

Na baía de Guanabara quem tem a função de coordenar e gerir o espaço costeiro/marítimo é o 1º Distrito Naval, localizado no estado do Rio de Janeiro. A Marinha ocupa, através de seus quartéis, batalhões, unidades de ensino e pesquisa, uma grande extensão territorial na região da baía de Guanabara, edificando-se à beira dos costões e praias. Tais locais por serem formados por costões rochosos, existem muitos peixes bentônicos³, como garoupas e badejos, assim como os peixes nectônicos marisqueiros, ou

3 Organismos bentônicos são aqueles que vivem no substrato dos fundos dos cursos de água, lagos, rios ou oceanos. Estes organismos, também designados por “bentos”, podem estar ou não fixos ao substrato, o sedimento que compõe o fundo. Organismos nectônicos são o conjunto dos animais aquáticos que se movem livremente na coluna de água, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção: as barbatanas ou outros apêndices (BARNES, 1994).

seja, aqueles que se alimentam dos organismos bioincrustados⁴, são atraídos pela fartura de alimento no local, característico daquele ecossistema (FERREIRA, 2018).

Por conta dessa proximidade entre a marinha e os pescadores, acontecem constantes conflitos e tensões, especialmente na área de dois quartelamentos: o Centro de Munição da Marinha do Brasil (conhecido como Boqueirão, que é o nome da ilha onde se encontra) e a Estação Rádio da Marinha do Brasil, que possui suas edificações na entrada da colônia de pescadores Z-10, na Ilha do Governador. Além da restrição de aproximação da ilha do Boqueirão, há ainda o terminal da petroquímica Suzano, responsável pela produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e gases químicos derivados de petróleo.

A Estação Rádio da Marinha, por sua vez, situa-se na foz do rio Jequiá, em uma área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU). Foi criada pela Marinha de Guerra do Brasil em 1907, primeiramente como “Serviço de Telegrafia sem fio da Armada Nacional” - funcionando no antigo Batalhão Naval da Ilha das Cobras – tornando-se, em 1914, “Estação Rádio Telegráfica da Ilha do Governador”. Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, a Estação Rádio foi remodelada, recebendo equipamentos de comunicação modernos para a época, além de serem construídas novas edificações no local, ampliando o seu espaço territorial, o que lhe concebeu à época o título de mais moderno posto de telecomunicações da América do Sul (FERREIRA, 2013).

O Centro de Munição da Marinha do Brasil foi instituído como organização militar com a finalidade salvaguardar a munição da Marinha do Brasil em local seguro. Outra atribuição do Boqueirão é atender a quase todas as organizações militares da Marinha brasileira em todo o território nacional, dando apoio logístico através da parceria com a Força Aérea Brasileira para a distribuição de munição, de armas portáteis e não-portáteis, granadas, explosivos e pirotécnicos, exercendo as tarefas de controle, gerenciamento e contabilidade dos materiais estocados sob sua responsabilidade. Vale ressaltar que devido à estocagem e manutenção de armamentos bélicos com grande potencial destruidor, suas instalações foram reconstruídas no ano de 1998, após um grave acidente, em 1995⁵, que devastou todo o complexo, matando um número desconhecido de militares, que a imprensa destacou em nota o “desastre” ocorrido no referido quartelamento (FERREIRA, 2018).

A seguir, apresentarei os resultados sobre a percepção dos pescadores artesanais, sobre os perigos existentes em se pescar dentro dos limites delimitados da Marinha do Brasil, assim como dos riscos de morte por adentrarem além das barreiras pré-estabelecidas.

Casos de violência envolvendo pescadores artesanais e a Marinha do Brasil

O conflito principal entre pescadores e Marinha está relacionado aos locais de acesso ao pescado em áreas que devem ser protegidas por uma força militar devido a sua importância e poder bélico; por outro lado, existem os pescadores artesanais, povos artesanais, detentores de uma identidade única, cujo meio de subsistência é a pesca.

4 A bioincrustação marinha (ou *biofouling*) é vista atualmente como um processo resultante da colonização ou do crescimento de bactérias, algas e/ou invertebrados sésseis sobre superfícies submersas, sejam elas naturais (tais como rochas, madeira, outros organismos) ou feitas pelo homem (cais, plataformas, cascos de navios, boias, cabos) (GAMA et al, 2009).

5 O acidente aconteceu numa tarde de domingo, dia 16 de julho de 1995, por volta das 17h25m, quando ocorreu uma forte explosão, seguidas de outras de menores proporções, causando um grande abalo nos bairros adjacentes à baía de Guanabara, principalmente na Ilha do Governador, além de Niterói e São Gonçalo, num raio de 50 quilômetros. Outras explosões se seguiram: eram os paióis de munição da Marinha do Brasil na Ilha do Boqueirão, resultando em choque, medo, pânico, correria e muita desorientação. Jornal o Globo de 17 de julho de 1995 (TARTAGLIA, 1995).

Há extensos costões rochosos nas imediações dos batalhões da Marinha, que abrigam tanto o alimento dos peixes, quanto os próprios peixes, que são os que possuem um maior valor de mercado para o pescador. Como peixes e pescadores artesanais são atraídos para estes locais, cada um pelo seu motivo, existe o soldado da Marinha, o Fuzileiro Naval, disposto a fazer qualquer coisa para cumprir a missão de “proteger” aquele território de tudo e todos os tipos de ameaça.

Os pescadores artesanais que dizem nunca terem sofrido violências por disparo de arma de fogo por parte da Marinha, relatam que já viram ou conhecem alguém que tenha sido vítima de disparos oriundos dos quartéis da Marinha. Os casos de pescadores baleados, raramente ganham as manchetes dos jornais ou televisão, corroborando com a teoria da invisibilidade dos povos tradicionais conforme assinala Siqueira (2017, p. 160):

A violência e a invisibilidade social vivenciada pelos povos tradicionais evidenciam que estes valores foram incorporados em nosso país como uma herança histórica, que abarca o colonialismo, o racismo, a escravidão, o genocídio, a destruição cultural e a impunidade [...].

Os entrevistados mencionam inúmeros casos de pescadores feridos, em diversos locais da baía de Guanabara, pelos marinheiros, conforme o relato abaixo.

Há pouco tempo um oficial da Ilha das Enxadas da CIAW⁶ atirou na barriga de um pescador... Com munição letal, de fuzil... Ano retrasado teve um pescador que foi baleado na mão, também pela CIAW... Essa é a realidade do pescador - Pescador Antônio.

Não obstante, a intenção do soldado é conter alguma possível injusta agressão que ele possa sofrer ou defender o aquartelamento de qualquer forma de invasão ou ato de violência/terrorismo. Muitas vezes, os soldados, ao invés de atirarem nos pescadores artesanais, alvejam seus barcos com o intuito de danificá-los, inutilizá-los, para que eles não consigam fugir dos locais proibidos e consequentemente serem presos.

Tais conflitos geram situações em que a desproporcionalidade das ações pelos militares, se perfazem, igualmente às desigualdades sociais a que esses povos são submetidos pelo Estado, ao não dar as atenções necessárias, no que diz respeito ao reconhecimento da cultura tradicional em nosso país.

O barco do meu irmão teve uma vez que ficou com tantos furos que foram muitos cabos de vassouras para consertar. O furo que o tiro de fuzil faz é quase da espessura do cabo de vassoura... Então ele vai ali, enfia o cabo de vassoura no furo, passa o serrote e passa tinta, fica novo. Ele foi baleado na coxa, com bala de borracha, e teve que operar, pois foi bem profundo. Pegaram ele... A intenção deles, dos militares, é dar tiro no motor, segundo dizem, para o barco parar, porque quando eles vão para cima, o pescador corre! Entendeu? Eles jogam rede dentro d'água para prender na hélice dos pescadores e pararem, entendeu? E eles balearam meu irmão, tem um amigo que levou um tiro na mão. Teve um vizinho meu que levou um tiro e morreu, foi um tiro que fez um furinho... Foi no Boqueirão... Pescador Roberto

Conforme destacamos anteriormente, as mutilações por disparos de fuzis, são as consequências do ferimento por um armamento de guerra. Por vezes os Marinheiros lançam mão de armas com munições não letais para expulsar ou impedir que pescadores artesanais adentrem ao território de segurança, conforme a NORMAM 03-0108.

Registramos ao longo da pesquisa o caso de um pescador artesanal que cita dois colegas que foram alvejados, um por disparos de fuzil e outro por balas de borracha. O que foi ferido por fuzil perdeu uma perna e o que foi atingido pelas balas de borracha, devido aos ferimentos, idade e complicações, veio a falecer.

6 O CIAW (Centro de Instrução Almirante Wandenkolk) fica dentro do complexo militar localizado na Ilha das Enxadas, na baía de Guanabara.

Muitos pescadores acabam mutilados em virtude da ação da Marinha. As mutilações físicas sofridas pelos pescadores artesanais são, em sua maioria, consequências dos disparos das armas dos marinheiros que montam guarda nos quarteis que margeiam a baía de Guanabara. Ressaltamos que os casos de violência que os pescadores participantes desta pesquisa sofreram foram durante a execução do seu trabalho como pescador.

Tenho um amigo que teve a perna amputada com um tiro de fuzil... O Luizinho... Foi pescar no boqueirão e levou um tiro de fuzil, por isso que eu não pesco por lá... Tenho medo até de falar nisso... Pescador Fernandes.

Sob o depoimento do pescador artesanal acima, conseguimos encontrar o pescador citado por ele, que foi vítima do disparo de fuzil e teve sua perna amputada, que concordou em dar sua entrevista colaborando assim, com esta pesquisa.

O cara despencou um tiro lá de dentro do Boqueirão e graças a Deus que foi comigo! Já imaginou? Nós éramos nove pescadores e só veio a atingir a mim. Foi o soldado da Marinha. Tiro de fuzil. Isso foi em 1991... Bum! Capotei! Afundei! Mas graças a Deus meu irmão pulou na água atrás de mim, e me salvou. [...] Eu me lembro que eu ainda falava assim, falei para o cara do bombeiro assim: ajuda ele que ele é mais velho do que eu! Os estilhaços da minha perna pegaram nele também... Era um senhor de cinquenta e poucos anos na época... Aí o bombeiro falou: Mas a sua perna está pendurada, tenho que socorrer você primeiro! [...] Não consegui me recuperar, por que o tiro de fuzil, quando não mata, tira um pedaço do corpo, cara! A verdade é essa! O tiro pegou aqui, olha, está vendo? Tive que tirar uma veia da outra perna para tentar salvar a perna baleada. Fiquei quatorze dias com a perna, os médicos tentando salvar ela, mas o troço foi feio... Mas isso aí já está passado. Pescador Luciano.

Percebemos ainda que, além dos danos físicos causados pelos disparos, há ainda os danos psicológicos, capazes de se tornarem uma forma de *stress* crônico, semelhante ao vivido por soldados em zonas de guerra, haja vista que, mesmo os pescadores que não foram feridos, mas presenciaram ou ficaram sabendo dos fatos, eles narram os acontecimentos com profunda emoção, como é o caso do irmão de um dos pescadores feridos, que também é pescador e estava com ele durante o ocorrido.

Você vai ficar assustado, cara! Eu tenho um irmão que está sentado ali fora, que ele não tem uma perna... Ele tomou um tiro de fuzil que arrancou a perna dele! Foi um militar do Depósito de Combustíveis da Marinha do Brasil. Eu estava a bordo do barco com ele, nós estávamos pescando, quando de repente ele foi baleado e caiu na água... Eu pulei atrás dele, mergulhei, e consegui pegar ele ainda vivo... Salvei a vida dele! Porque nós estávamos próximos à área militar, dentro da água, pescando... Aí nós fomos, pegamos meu irmão, levamos ele para a praia da Bica, no Jardim Guanabara, Ilha do Governador, levei ele na porta do quartel... Foi baleado ele e mais um outro pescador... A bala esfaçalhou a perna do meu irmão, bateu em um mastro de ferro e os estilhaços atingiram o outro pescador, o Araquém Dias... Estávamos um ao lado do outro e o tiro pegou nos dois e por uma misericórdia divina não pegou nada em mim... Eu estava no meio dos dois e a bala pegou no meu irmão e nele... Quando o tiro pegou nele ele foi direto para a água e eu fui atrás dele... [...] Mas, perdeu a perna. Pescador Antônio.

O pescador Antônio completa sua narrativa explicando o que aconteceu com o outro pescador que foi ferido pela mesma munição que atravessou a perna do seu irmão e que causou sua mutilação:

O Araquém também foi indenizado e encostado, só que o Araquém, os fragmentos atingiram ele em vários lugares, como braços e pernas e ele ficou com defeito físico... Meu irmão, não... Arrancou a perna dele. Pescador Antônio.

Nos depoimentos se observa como as relações entre os pescadores e a Marinha interferem no cotidiano de trabalho dos pescadores ao modificar as relações e valores tradicionais na baía de Guanabara. Se por um lado, as condições antrópicas são desfavoráveis para os povos tradicionais que do mar vivem, por outro, quando os atores sociais desses espaços se confrontam com resistência cujas forças são desproporcionais, gerando perdas, percebemos que as tradições identitárias dos pescadores tendem a

desaparecer, uma vez que os pescadores, não querem que seus descendentes herdem o ofício devido aos problemas inerentes da profissão.

Essas modificações do modo de vida dos pescadores, acontecem de forma abrupta, influenciando em metamorfoses sociais que remodelam os valores tradicionais, assim como, interferem na organização do trabalho, obstaculizando inclusive, as condições de subsistência, incorporando mais um empecilho na execução do seu trabalho, o que leva os pescadores artesanais a não quererem que seus filhos herdem a tradição de ser pescador.

Tenho três filhos e meus filhos nem na colônia põe os pés! Eu não deixo, eu nunca deixei... [...] Agora, filho meu na pesca? Nem pensar! Pescador Antônio.

Tenho três filhos, nenhum deles é pescador, não posso incentivar um filho a ser pescador, com tudo isso que estou vivendo! Pescador Marcos.

Esbarramos mais uma vez na problemática territorial, dos múltiplos usos do espaço da baía pelos pescadores e militares. Segundo as narrativas, os disparos acontecem sempre que um pescador se aproxima das instalações com o intuito de pescar e os militares atiram com o intuito de defender as instalações federais.

Os melhores locais são proibidos. Dois atritos: o militar e os pescadores, são áreas deles, que dizem que ali é área de segurança, coisas desse tipo. Já tivemos casos de pescadores, como o Luziam da Z-11 que perdeu a perna com um tiro de fuzil. Se aproximou e os caras atiraram nele. Pescador Ricardo.

Os militares das forças armadas, assim como as polícias federais e estaduais, utilizam por vezes armamentos não letais. Entretanto, o armamento não letal deve ser utilizado de acordo com o uso progressivo da força, ou seja, enquanto a ameaça contra o agente público perdurar ou se agravar. Esse armamento tem por finalidade diminuir os casos de mortes em conflitos envolvendo agressores da sociedade, que não estão de posse de materiais ou armamentos que sejam capazes de infligir danos físicos aos militares em questão.

Todavia, o emprego do armamento não letal não impede nem garante que a pessoa atingida não vá sofrer sérios danos físicos, como lesões graves e permanentes, inclusive, dependendo do caso e do local em que a munição atingir, a pessoa pode ser levada a morte.

Segundo os pescadores artesanais há também casos em que seus barcos de pesca, chamados de “caico”, são levados para o interior de áreas de Marinha por força da maré ou das correntes. Narram ainda, principalmente na colônia de pescadores Z-10, cuja saída para o mar se faz através do rio Jequiá, que é onde fica a Estação Rádio da Marinha do Brasil, que os militares proferem palavras de baixo calão com o intuito de afastá-los dali.

Então, quando sai para pescar, ou você sai pelo meio, pelo menos para fingir que não tem nada no seu entorno, por que se você passar por perto eles já acham que você vai invadir... [...] Eles estão ali e são os donos daquele pedaço. [...] Então o pescador já sai estressado e eu acho que isso é uma coação é uma violência, o cara sai de casa para arrumar um dinheirinho e já escuta no caminho: Sai daí seu filho da puta! “Se afasta, pescador! Se afasta, pescador!” Mas o cara é pescador, está trabalhando! Ele vai pescar onde, na areia? Pescador Gilson.

Percebemos que os pescadores artesanais se sentem desprotegidos diante dos insultos que são comuns nas imediações dos quartéis. São agressões verbais, insultos morais e xingamentos. Castro (2013, p. 56) afirma que “qualquer desrespeito aos preceitos e normas socialmente construídas pode originar conflitos que variam de xingamentos verbais até atitudes mais drásticas como agressões físicas e morte.”

[...] nós estamos dentro de um APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana), mas de um lado está a Marinha do Brasil, que a gente não pode nem passar perto que eles já gritam e ameaçam a gente. [...]

Então você sai para pescar e tem que passar por esse canal [...] Você olha para o lado da marinha, que é a Estação Rádio, que tem combustível: Afaste-se, se não atiramos em você... Eles gritam: É o terceiro aviso, hein pescador! Mas você só escuta o engatilhar do fuzil... Pescador Miguel.

Devido aos empates e da impotência dos pescadores sobre a problemática envolvendo o uso do território, recorremos as palavras de Haesbaert (2009, p. 84) que diz que o território “é visto como espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado, enfatizando a natureza econômica e simbólica do poder”. Os pescadores artesanais executam suas tarefas atrelados ao território, às suas histórias e identidades e, nessa complexa trama envolvendo os locais de pesca, onde inclusive, não só a Marinha do Brasil é protagonista nesse caso, pois de acordo com o pescador abaixo, a indústria do petróleo também comete excessos conforme a sua narrativa nos revela:

Eu já fui escorraçado pelo boqueirão! Já fui escorraçado pela Shell, já fui escorraçado pela COSAN, já fui escorraçado pela Petrobras... Todos eles... Os caras não sabem nem falar com a gente, com educação, tem uns caras que falam: O filho da puta, como é que é? Sabe que não pode pescar aí! Pescador Negrete.

E, quanto a serem expulsos dos territórios de pesca com o uso, não só dos xingamentos e frases desmoralizantes, assim como de outras formas de violência, outro pescador complementa falando da crescente diminuição do território de pesca na baía de Guanabara:

Estamos sendo expulsos da nossa área de origem e sendo contidos em um pequeno espaço que hoje é menor que 12% da baía de Guanabara. E nos tiram, direta e indiretamente, o direito de ir e vir. Nós estamos sendo cerceados, entende? Pescador Ramiro.

A invisibilidade social e política, assim como a marginalização do pescador, são parâmetros perceptíveis nas narrativas dos pescadores artesanais. A violência verbal proferida através de insultos e xingamentos são também acompanhados de frases “marginalizadoras” e ainda, de certa forma, apelidos discriminatórios e comparativos com pessoas à margem da lei. Os militares, dentre outras ações, imputam aos pescadores o rótulo de “bandidos” e vagabundos, julgam sua presença naquele território como alguém que pretende fazer algo hostil, cometer algum crime. Todavia, conforme nos elucidada Braido (2015, p. 131) que observa que o comportamento imposto pela Marinha do Brasil aos pescadores artesanais, através de “ações brutas e violentas” possuem a intenção de “intimidar as comunidades de pesca e força-las ao cumprimento daquela instrução normativa” (NORMAM).

Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomou tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso... Ali é outra área de terrorismo, uma vez eu fui lá defender um pescador que tinha levado um tiro, fui lá dentro com os advogados, tinha um pescador passando lá e um militar falou para o outro: Olha lá, vamos pegar esses bandidos! Eu falei: Espere aí, quem é o bandido na história? O cara é pescador, não é bandido não, rapaz! Ele está ali sobrevivendo, e outra, é de dia! Eu tive que peitar os caras... Então eles foram embora. Querem dar tiro no pescador, prender o pescador, destruir a embarcação para mostrar serviço... Pescador Marcos.

Dessa realidade, faz-se presente então um pré-conceito discriminatório sobre os pescadores artesanais da baía de Guanabara, que já atuaram, em um passado não muito distante, como reserva naval para atender aos interesses do Estado e da Marinha de Guerra Brasileira.

Registramos ainda dois casos de cárcere privado. De acordo com o Código Penal, o cárcere privado é um crime, que tem como punição uma pena que pode chegar a oito anos de reclusão. A lei de número 10.446, de 2002, em seu Artigo 148, diz que: “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: Reclusão de um a três anos”. Sendo assim, nenhuma pessoa deve ser detida, sem a suspeita de ter realizado algum crime. Da mesma forma, se alguém for detido sob tal suspeita, ela deve

ser levada imediatamente para uma delegacia de polícia civil e, os fatos apresentados para a apreciação da autoridade policial.

Observamos que a violência a qual os pescadores artesanais estão submetidos passa por situações que infligem algumas leis, além da dominação social, opressão e violências com armas de fogo. Sobretudo, pescadores afirmam que é prática comum serem detidos e mantidos presos dentro das instalações militares da Marinha. Tais fatos, envolvem violências que vão desde o cárcere privado ao trabalho forçado, humilhações e constrangimentos, que se delineiam na forma de um assédio moral institucional, nos quais Albanaes et al (2017, p. 68) definem como:

[...] um conjunto sistemático de práticas reiteradas, inseridas nas estratégias e métodos de gestão, por meio de pressões, humilhações e constrangimentos, para que sejam alcançados determinados objetivos institucionais, relativos à: controle do trabalhador.

Destacamos também que a palavra “cárcere” é sinônimo de prisão, cela ou calabouço, o que evidencia a inserção da vítima em um local fechado, enclausurado, entre quatro paredes, podendo ser tal crime cometido em uma casa, loja, quartel, batalhão, ou seja, nas dependências de qualquer edificação pública ou privada.

Teve uma vez que eles deram tiros em cima de mim, mas eu abusei, eu fui jogar tarrafa na beira... Um material que eu não gosto de pescar, fui com um coroa, fomos presos, eram quase uma hora da manhã. Aí ficamos ali jogando tarrafa na beira e não demorou muito, de repente: Pum! Deu um tiro! Eu gritei: Espere aí, não é bandido não, é pescador! Aí, nós fomos presos. Quando chegou lá dentro, era uma hora da manhã, e quando chegamos lá dentro, o militar ligou lá para dentro e ele ligou para a sala de estado e disse: tem dois senhores aqui, que invadiram a área aqui, mas eles são pescadores. Aí, o cara falou: Deixem eles dois aí até de manhã! Pescador João.

As violências aos pescadores são muitas e de natureza variada. São submetidos à privação de liberdade por horas, muitas das vezes no horário da madrugada, o que pode ser um agente facilitador de outras formas de violência, sem contar com a perda do dia de trabalho, pois eles deixam de pescar para ficarem aos cuidados dos militares que os detiveram. Outro problema é com aqueles que são presos e em seus barcos existe algum pescado que, por sua vez, requer um retorno rápido para a costa, uma vez que eles podem se deteriorar e perder o valor de mercado.

Uma vez eu fui preso lá no Boqueirão... Pelos fuzileiros... Meu barco estava com peixe e camarão, mas eu só fui solto de manhã, por volta das oito horas... Estava tudo podre... Peixe, camarão, tudo! Perdi o dia de trabalho! Pescador Marcos.

Eu fui preso uma vez pelos fuzileiros navais na Ilha do Boqueirão, me pegaram lá há uns anos atrás, eles foram lá com a lancha e me pegaram, fui preso pescando camarão, outros pescadores conseguiram fugir, era cedo o dia estava escurecendo ainda, me pegaram e eu passei a noite engraxando não sei quantos boots dos fuzileiros a noite toda... De manhã me soltaram, me mandaram embora, nem café me deram... Pescador Rodolfo.

Dentre essas violências, registramos um caso de trabalho forçado, uma vez que, como forma de punição pelo pescador ter adentrado o território militar, foi obrigado a trabalhar contra a sua vontade, como o caso narrado pelo pescador, que foi obrigado a engraxar e lustrar os boots dos fuzileiros navais. Da mesma forma que citamos anteriormente, a Lei 10.446/2002, Art. 148 em seu § 2º, diz que, “Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral”, ou seja, se o cárcere resultar em grave sofrimento físico ou moral, essa pena passará a ser a mais severa, contra quem a comete.

Por outro lado, também percebemos que, ao deter os pescadores artesanais nos quartéis, os militares também implicam em outra transgressão às leis, pois são funcionários públicos no exercício de suas funções, o que caracteriza ainda de acordo com a Lei 4.898 de 1965, em seus artigos 3º e 4º, crime de

abuso de autoridade, conforme o Artigo. 3.º “Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à liberdade de locomoção” e o Artigo 4º que diz: “Constitui também abuso de autoridade ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder”.

Teve uma vez que eu fui preso no Boqueirão. A gente estava pescando com uma canoa próximo às pedras, mas a canoa foi embora e nós ficamos, eles prenderam a gente. Eu mais três pescadores. Ficamos lá de dez horas da manhã até as duas e quarenta da tarde. Mas a gente não sofreu nada não, só deixaram a gente de castigo lá um pouquinho e depois liberaram. Pescador Gilson.

As leis servem para garantir os direitos constitucionais das pessoas, para manter a ordem pública. Dentre esses direitos, estão a liberdade de locomoção, que consistente no direito de ir, vir e permanecer, para toda e qualquer pessoa, independentemente de sua raça, credo ou gênero, é o que protege a lei penal, de acordo com o artigo 5º, caput da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade [...]”.

Todavia, não é o que ocorre no território conflagrado da baía de Guanabara. Percebemos que os pescadores não fazem os devidos registros em delegacia de polícia, não procuram os direitos de justiça, mesmo sofrendo privações de sua liberdade. Percebemos ainda que, devido a casos de violências mais agudos, como assassinatos, os pescadores evitam fazer reclamações. Enquanto as entrevistas eram feitas as expressões corporais dos pescadores se alteravam, demonstrando um certo “incômodo” em falar sobre tal situação.

Geralmente o pescador não procura a delegacia, o pescador dificilmente presta queixa de alguma coisa. Pescador Antônio.

Agora quer dizer, o pescador fica limitado, aquela área fica proibida... Eu nunca fiz queixa disso nos batalhões da polícia, delegacias... Nunca. Pescador Francisco.

Outro pescador salienta, que os pescadores artesanais possuem medo de fazer denúncias e levar em diante as investigações contra o Estado devido à situação de descaso e abandono social que se encontram. Os pescadores entrevistados manifestam o medo em denunciar as agressões na baía de Guanabara, por receio de represálias, inclusive, pelas autoridades marítimas, pois, sentem-se vulneráveis a possíveis ataques, que podem ser deferidos tanto pelo Estado, quando por criminosos, o que é comprovado pelo alto índice de criminalidade e impunidade na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Teve um pescador, o Paulo, ele fez várias denúncias na delegacia e após isso ele foi assassinado. Pescador Ramiro.

Aí nós corremos risco, o perigo mora aí, se bater pé firme com uma pessoa dessas nós corremos risco, pois pode ser uma pessoa envolvida... Que a maioria delas são e as vezes a gente que engolir sapo! Uns são de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas... Ou é envolvido com político ou é envolvido com tráfico... meu maior perigo é esse, eles falam: “se tu for lá na comunidade, tu não sai!” É assim... Então nós vivemos assim, de um lado... Do outro lado... Estamos no meio da história. Pescador Marcos.

De certo, não estamos aqui dizendo que os pescadores artesanais podem entrar nas áreas de segurança demarcadas pela Marinha do Brasil, porém, não só os pescadores, mas toda e qualquer pessoa que cometa algum crime ou transgressão, deve ser encaminhada à autoridade policial, para ser ou não julgada. Não cabe à Marinha do Brasil, ou qualquer força armada, deter alguém, seja lá qual for o motivo, por horas a fio, sem que esta pessoa seja encaminhada à delegacia para que sejam confeccionados os devidos registros. A não observação do descrito, acarreta em ações de ilegalidade e abuso de poder, assim como, devido aos trabalhos forçados, uma grave violação dos direitos humanos.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi investigar os casos de violência sobre os pescadores artesanais, explorando a configuração das injustiças ambientais na baía de Guanabara, tendo como um dos protagonistas destas ações a Marinha do Brasil. Procurei caracterizar os conflitos e os casos de violência envolvendo pescadores, além de estabelecer conexões entre os casos de violência relatados pelos pescadores, e o processo de desterritorialização por conta dos múltiplos usos do território.

Percebemos ao longo da pesquisa que pescadores artesanais estão desestimulando seus filhos a seguirem seus passos, ou seja, a tradição da pesca artesanal, que outrora era passada de geração em geração, está se perdendo, deixando de ser herdada. Vimos que os jovens pescadores têm procurado outras formas de subsistência. De certo, as alterações realizadas no cenário da pesca pelo processo de metropolização, somadas à falta de políticas públicas para a baía de Guanabara, acarretam em incertezas quanto ao futuro da atividade da pesca artesanal. Portanto, cabe-nos a responsabilidade de gerar conhecimentos que possam contribuir para a formulação de políticas públicas que apoiem os pescadores artesanais, dentro da atual realidade do estado do Rio de Janeiro.

É oportuno registrar ainda a relevância de pesquisas que proponham alternativas para os problemas conflituosos entre os pescadores artesanais e a Marinha do Brasil. Pouco tem sido feito, sob o ponto de vista político, para que o cenário de injustiças ambientais contra as comunidades de pescadores artesanais seja revertido, pelo contrário, percebemos que a implementação das políticas públicas para a região da baía de Guanabara está distante das propostas constitucionais para consolidar o acesso às condições de trabalho digno, respeitando o direito fundamental acima dos interesses de ordem econômica (ACSELRAD et al, 2009; ACSELRAD, 2010; HERCULANO, 2012). Acreditamos que esta pesquisa colabore para estimular um outro olhar para esses grupos, revelando a complexa relação entre pescadores e a violência urbana.

Quanto aos casos de violência que registramos ao longo do estudo, estes revelam que sua gênese está fortemente relacionada ao avanço das atividades militares sobre os locais de pesca e coleta tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude dos interesses do Estado e do capital. Notamos a existência de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007), de configuração complexa, onde estão inseridos os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil, as indústrias e demais organizações e indivíduos que atuam na baía de Guanabara, tanto no entorno como no espelho d'água, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam em danos à vida e até mesmo à morte física do pescador artesanal.

Defendo a teoria de que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, por terem seus locais de trabalho isolados de suas rotinas laborais, além da destruição do ecossistema, ocasionando um epistemicídio dos grupos tradicionais (pescadores artesanais), assim como, aniquila-se a cultura, tradições, identidade e costumes desses homens e mulheres.

Referências

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 9.
- ACSELRAD, H. **Mapeamentos, identidades e territórios**. Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

- ALBANAES, P.; RODRIGUES, K. J. R.; PELLEGRINI, P. G.; TOLFO, S. R. Intervenção em grupo de apoio psicológico a trabalhadores vítimas de assédio moral. **Revista de Psicologia/PUCP** (Pontificia Universidad Católica del Perú), v. 35, n. 1, p. 61-96, 2017.
- BARNES, R. (1994). **The brackish-water fauna of Northwestern Europe**. Cambridge University Press: 1-287.
- BRAIDO, J. A. **Desencontros Legais e Morais na Pesca Artesanal: A Educação Ambiental Política para a Transformação Socioambiental em Rio Grande/RS e São Jose do Norte/RS**. Rio Grande, 2015. Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) ICMBio.
- CASTRO, F. D. **Implicações socioeconômicas e ambientais da pesca artesanal de lagosta em Touros/RN**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Biociências. Natal/ RN. 2013.
- CORSO, K.; CAVEDON, N.; FREITAS, H. Mobilidade espacial, temporal e contextual: um estudo de inspiração etnográfica sobre o trabalho móvel em shopping center. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 8, número 1, p. 141-156, marc. 2015. Doi: 10.5902/198346597242.
- DA GAMA, B. A. P.; PEREIRA, R. C.; COUTINHO, R. 2009. Bioincrustação marinha. **Biologia Marinha**. 2ª edição, editora Interciência, Rio de Janeiro, pp. 299-318.
- FERREIRA, C. B. **Pescadores artesanais e violência na Baía de Guanabara**. 215 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes). Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Rio de Janeiro, 2018.
- FERREIRA, J. A. **Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira - Ilha do Governador- RJ**. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP/Expressão Popular, 2009. p. 95-120.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HERCULANO, S. Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral Fluminense. **Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã**, v.5, n. 1, p. 39-52, 2012.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. Em Mattos, C. L. G. & Castro, P. A. (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, pp. 49-83, 2011.
- RATZEL, F. **Ratzel**. Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, junho 2010, p.1543-1552.
- SANTOS, M.; ARROYO, M. “Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul”. In: **Indústria e globalização da economia**. Brasília: Sesi-DN, 1997 (Caderno Técnico nº 24).
- SIQUEIRA, R. B. **Rede Puxirão de povos e comunidades tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2017.
- TARTAGLIA, C. **O Rio Tremeu: Barulho e reflexos da explosão de paiol da Marinha na Ilha do Governador são sentidos em diversos bairros cariocas**. Jornal O Globo de 17 de julho de 1995. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-rio-tremeu-9000849>> Acesso em 07 mai. 2020.
- VALENCIO, N. F. **A pesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em <www.alasru.org> Acesso em 10 mai. 2020.

Submetido em: 01.06.2020

Aceito em: 13.07.2020